

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SAEB: COMO OS DADOS PODEM AUXILIAR AS TOMADAS DE DECISÃO NA GESTÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS.

Nádia Teresinha Federle¹
Marilane Maria Wolff Paim²

RESUMO

O artigo "Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB: como os dados podem auxiliar as tomadas de decisão na Gestão Pedagógica das Escolas" contextualiza o SAEB como uma ferramenta para a gestão baseada em evidências nas escolas de Ensino Médio de Erechim/RS, visando otimizar o ensino-aprendizagem. O objetivo é analisar como os gestores podem utilizar os dados para fundamentar decisões e qualificar a gestão pedagógica, focando em identificar informações, diagnosticar desempenhos e percebendo a necessidade de utilizar esses dados na elaboração de planos de intervenções. A metodologia é qualitativa e documental, com análise descritiva de dados públicos de proficiência e fluxo escolar. Os resultados indicam que a interpretação estratégica desses dados permite identificar padrões críticos, auxiliando na formulação de estratégias pedagógicas que garantem o fluxo escolar e impulsionam a proficiência, promovendo a melhoria contínua da educação pública.

Palavras-chave: SAEB; Gestão Pedagógica; Tomada de Decisão Baseada em Evidências; Proficiência e Fluxo

ABSTRACT

The article "Basic Education Assessment System (SAEB): how data can support decision-making in Pedagogical Management in Schools" presents SAEB as an essential tool for evidence-based management in high schools in Erechim/RS, aiming to optimize the teaching-learning process. The main objective is to analyze how school administrators can use data to support decision-making and improve pedagogical management, focusing on identifying information, diagnosing performance, and realizing the need to use these data in the development of intervention plans. The methodology is qualitative and documentary, involving a descriptive analysis of public data on proficiency and school flow. The results indicate that a strategic interpretation of these data enables the identification of critical patterns, supporting the development of pedagogical strategies that ensure school progression and enhance the proficiency, promoting the continuous improvement of public education.

Keywords: SAEB; Pedagogical Management; Evidence-Based Decision-Making; Proficiency and School Flow.

¹ Nádia Teresinha Federle. Especialização em gestão escolar: Direção, coordenação e supervisão educacional. Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Erechim. nadia-tfederle@educar.rs.gov.br

² Marilane Maria Wolff Paim. Graduada em Pedagogia (UNIPLAC 1984), mestre em Educação e Ensino (Universidade do Contestado, 2001) e doutora em educação (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS 2009). Possui vínculo docente/DE, na Universidade Federal da Fronteira Sul/Campus Erechim. Pesquisadora e líder do Grupo de Pesquisa. Educação, Formação Docente e Processos Educativos. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação (PPGPE) - Campus Erechim. Pró-reitora de graduação da UFFS.

INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas por grandes mudanças na educação brasileira. Primeiramente houve o processo de redemocratização política, o qual ocorreu gradualmente e apresentou como marco histórico a promulgação da Constituição Federal em 1988. Com esse processo de redemocratização, sucedeu-se a reorganização do sistema educacional e a aplicação da primeira avaliação em larga escala no Brasil, em 1990, assim como a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) - cujo objetivo era conhecer a qualidade da educação básica e fornecer subsídios para a criação de políticas educacionais e, posteriormente, houve a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996 - que tem por objetivo estabelecer as normas e diretrizes da educação brasileira, garantindo o direito à educação de qualidade, democrática e acessível para todos.

A partir dessas ações, as políticas públicas desempenharam um papel crucial no desenvolvimento e na melhoria das instituições escolares. No entanto, a educação, apesar de ser um direito garantido pela Carta Magna de 1988, ainda é confrontada por desafios históricos relacionados à sua qualidade e acessibilidade. O entendimento de um problema tão amplo quanto a situação atual da educação brasileira - com graves defasagens de aprendizagens, evasão e abandono escolar - e a situação ideal, conforme definiu Secchi (2020, p. 20), é fundamental para a formulação de políticas educacionais eficazes: “A finalidade de uma política pública é o enfrentamento, diminuição e até mesmo a resolução do problema público”.

Nesse cenário, o desenvolvimento de avaliações externas, como o SAEB, tem sido um esforço contínuo na busca pela qualidade educacional desde os anos 90. Essas avaliações são necessárias para acompanhar e melhorar o desempenho dos sistemas educacionais, fornecendo dados importantes para que o governo possa diagnosticar problemas e formular políticas direcionadas especificamente para os pontos de maior fragilidade. A produção de dados que possam ser quantificados por meio dessas avaliações tornou-se indispensável para o desenvolvimento de políticas públicas.

Entretanto, o SAEB também é objeto de intensos debates sobre seus efeitos e limitações, especialmente no que diz respeito à pressão sobre professores e à real eficácia das políticas públicas³ resultantes, isso porque os recursos destinados às escolas estão - cada vez mais -

³ Eficácia das políticas públicas é a medida em que uma política atinge os seus objetivos e metas definidos: “Quanto mais concretos forem os objetivos, mais fácil será verificar a eficácia da política pública. No entanto, sabemos que em muitas ocasiões o estabelecimento de metas é dificultoso, como nos casos em que as probabilidades de sucesso são baixas e a frustração de metas traria prejuízos administrativos e políticos insuportáveis (SECCHI, 2016b, p. 48).

atrelados aos indicadores positivos obtidos nessa avaliação, como percebe-se pelo exposto na Constituição Federal:

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcancem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020\)](#). (BRASIL, 1988, art. 212-Aº, inciso V, alínea 'c')

Ademais, as avaliações externas compreendem ações e reações dos diferentes atores envolvidos no âmbito escolar (gestores, professores, estudantes, comunidade escolar). Logo, este artigo tem como objetivo analisar como os dados do SAEB podem auxiliar as tomadas de decisão na gestão pedagógica das escolas estaduais de Ensino Médio no município de Erechim, Rio Grande do Sul. Para compreender a importância do equilíbrio entre a busca por qualidade e a valorização dos processos educativos de forma integral, garantindo que a utilização dos dados não se limite a meros *rankings*, mas promova uma educação de qualidade efetiva e transformadora.

UM POUCO DA TRAJETÓRIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (SAEB)

O SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica – é uma das principais avaliações em larga escala realizadas no Brasil em nível federal. Criado e desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), uma autarquia do Ministério da Educação (MEC), o SAEB consolidou-se como um dos mais amplos e sofisticados sistemas de avaliação da América Latina, fundamental para a produção de indicadores da qualidade do sistema de ensino brasileiro.

Na década de 1990, com a criação do SAEB, torna-se possível conhecer a qualidade da Educação Básica brasileira, mesmo que em caráter amostral - avaliação piloto - de escolas públicas (1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Redação) e, 1993 o processo é repetido, com algum aprimoramento. No ano 1995, uma nova metodologia é adotada quanto à construção do teste e à análise de resultados adotando a Teoria da Resposta ao Item (TRI), agora tanto para escolas públicas quanto para escolas privadas - de forma amostral, para estudantes de 4ª, 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, ou seja com enfoque nos anos finais de cada ciclo.

Essa nova metodologia possibilitou a comparação das avaliações ao longo do tempo. Nesse mesmo ano, iniciou-se a aplicação de questionários com o objetivo de levantamento de dados contextuais.

A utilização de Matrizes de Referências próprias foi outro ponto de aprimoramento para a aplicação da avaliação, ocorrida em 1997. Na aplicação daquele ano, a análise de desempenho dos estudantes ocorreu por meio de níveis de escala de proficiência e o público-alvo manteve-se nos anos que encerravam os ciclos referente aos Anos Iniciais (4ª série), Anos Finais (8ª série) e Ensino Médio (3ª série). Uma novidade surge na aplicação da quinta edição do SAEB (1999), um estudo piloto para avaliação de Ciência Humanas, mas sem divulgação dos resultados. Em 2001, há uma nova versão para a avaliação externa, com aplicação de apenas para Língua Portuguesa e Matemática com a adoção de novas Matrizes de Referência e em 2003 essa estrutura se mantém.

A avaliação passa por uma grande reestruturação a partir da publicação da Portaria Ministerial nº 931, de 2005, a qual visava aprimorar a avaliação da Educação Básica e contribuir para a melhoria de sua qualidade e universalização do acesso. Inicialmente, o SAEB compreendia a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que manteve os procedimentos de avaliação amostral; e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil, a qual passa a avaliar de forma censitária (4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do EF, e 3ª série do EM), gerando resultados por escola.

A Portaria nº 931, de 2005, traz:

Art. 1º Instituir o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC, cujas diretrizes básicas são estabelecidas a seguir.

§ 1º A ANEB manterá os objetivos, características e procedimentos da avaliação da educação básica efetuada até agora pelo SAEB realizado por meio de amostras da população [...].

Art. 2º A ANRESC irá avaliar escolas públicas do ensino básico. (Brasil, 2005, art. 1º e art. 2º)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi implementado em 2007. Com o novo formato do SAEB, torna-se possível combinar as médias de desempenho dos estudantes coletadas, com as taxas de fluxo das escolas (aprovação, reprovação e abandono) apuradas no censo escolar e, com isso, calcular o IDEB. Em 2009 o SAEB está em sua décima edição, sem mudanças de formato ou metodologia - isso também para a aplicação em 2011.

Em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foi incorporada ao SAEB, a partir da Portaria MEC nº 482, de 7 de junho de 2013. Seu objetivo foi a criação de um

diagnóstico mais estruturado e padronizado, com caráter censitário, aplicação anual, e buscando avaliar a qualidade, equidade e eficiência do ciclo de alfabetização das redes públicas:

Art. 1º O Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB passa a ser composto por três processos de avaliação: Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC e Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA, cujas diretrizes básicas são estabelecidas nesta Portaria. (BRASIL, 2013, art. 1º)

Também ocorreu neste ano a inclusão, no formato censitário, de testes nas áreas de Ciência Humanas e Ciências da Natureza para os estudantes do 9º ano do EF. Em 2014 e 2016, aplicam-se a segunda e a terceira edições da ANA e, em 2015, é disponibilizada a Plataforma de Devolutivas Pedagógicas, com apresentação de itens utilizados na Prova Brasil, comentários de especialistas e diversas funcionalidades com o objetivo de auxiliar professores e gestores na tomada de decisões para ampliar o aprendizado dos estudantes. O SAEB torna-se censitário para a 3ª série do EM e possibilita-se a adesão às escolas privadas com oferta da última série do EM, às quais passam a ter resultado no IDEB.

Outro marco importante para o SAEB ocorre em 2019. Há uma nova reestruturação e alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com a transição para novas Matrizes de Referência. As siglas ANEB e ANRESC deixam de existir e todas as avaliações são incorporadas ao SAEB e o 2º ano do EF começa a ser avaliado de forma amostral, assim como a avaliação da Educação Infantil em caráter de estudo-piloto (aplicação de questionários para professores e gestores).

A Portaria MEC nº 458, de 5 maio de 2020 revoga a Portaria MEC nº 468/2017 e institui normas complementares para o cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica:

Art. 8º O Saeb será realizado anualmente, com caráter censitário, tendo como objetivo aferir o domínio das competências e das habilidades esperadas ao longo da educação básica, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e as correspondentes diretrizes curriculares nacionais. Parágrafo único. O Saeb propiciará a aplicação de provas e questionários que permitam avaliar as distintas dimensões de qualidade da educação básica. (BRASIL, 2020, art. 8º)

A ocorrência da Pandemia de Covid-19 nos anos de 2020-2021 não interrompeu a aplicação do SAEB no final do ano de 2021, mesmo com a interrupção das aulas, mantendo o formato das aplicações dos anos anteriores. A Portaria INEP nº 10, de 8 de janeiro de 2021, destaca:

Art. 5º O Saeb passará por ajustes técnico-pedagógicos com vistas a implementar os avanços da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o novo Ensino Médio.

VI - a definição das matrizes de referência dos testes cognitivos, considerando-se o disposto na BNCC, nas DCNs e em estudos técnicos sobre os currículos estaduais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.”

§ 1º Os referidos ajustes a serem precedidos deverão observar:

I - a progressiva realização de aplicação eletrônica, tanto dos testes cognitivos, como dos questionários a serem aplicados a estudantes, professores, diretores de escola e secretários de educação.”

§ 2º A Educação Infantil será avaliada a cada dois anos exclusivamente pela aplicação de questionários eletrônicos de natureza não cognitiva. (BRASIL, 2021, art. 5º)

O formato do SAEB manteve-se o mesmo da edição anterior, em 2023. Em 2025, a principal alteração foi o alinhamento total com a Matriz da BNCC para todos os anos/séries de aplicação:

Na edição de 2025 serão aplicados testes de língua portuguesa e matemática, com base nas Matrizes de Referência de 2001 e alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para estudantes da rede municipal do 5º e 9º anos do ensino fundamental, em municípios cujas escolas públicas municipais desses anos possuam menos de dez estudantes cada. (Cartilha SAEB 2025, p.7)

Para a aplicação do SAEB em 2027, o Decreto nº 12.915, de 30 de março de 2026, em seu Art. 7º, determinou que o Enem passará a integrar o Saeb e terá como principal objetivo avaliar o desenvolvimento das competências e das habilidades esperadas ao concluir a educação básica. Além disso, há referência para um maior alinhamento à BNCC, assim como uma maior consolidação das avaliações de Ciências da Natureza e Ciência Humanas. Outro ponto de mudança é a possibilidade de usos de recursos tecnológicos - para estudantes de 9º ano e 3ª série - como estratégia logística para acesso à avaliação.

METODOLOGIA

A metodologia vai organizar a pesquisa, estabelecendo os caminhos a serem seguidos a fim de que se alcancem os objetivos. Ao escolhermos a metodologia, definimos o tipo de pesquisa a ser desenvolvida e como esse trabalho seguirá até sua conclusão: os passos a serem dados, os instrumentos utilizados e a forma como os dados de estudo serão coletados. (Bloise, 2020, p.105)

Conforme o excerto citado acima, também entendemos a necessidade de organizar os passos da pesquisa definindo como vamos desenvolver todo o processo, nesse contexto definimos que esta pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, pautada principalmente na pesquisa bibliográfica e documental. A metodologia qualitativa é adequada para compreender e analisar a complexidade dos fenômenos educacionais, especialmente as implicações das avaliações externas na gestão pedagógica. A escolha pela pesquisa qualitativa justifica-se pela necessidade de realizar uma retrospectiva na trajetória das provas do SAEB e a consolidação

de seus parâmetros de aplicação, bem como para contextualizar o surgimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica no sistema educacional brasileiro.

Ela é documental, uma vez que a coleta de dados foi realizada por meio da análise de documentos legais, artigos científicos e relatórios técnicos sobre essas avaliações, suas estruturas, objetivos e resultados. Incluir-se-á a verificação de Decretos e Leis educacionais relevantes que moldaram a cultura avaliativa no país, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, e as reformas educacionais históricas que contextualizam a prevalência de métodos de verificação em detrimento de abordagens diagnósticas.

O escopo geográfico da pesquisa está focado nas Escolas Estaduais de Ensino Médio em Erechim/RS. Embora a pesquisa inicial seja bibliográfica e documental para construir a fundamentação teórica sobre como os dados do SAEB podem auxiliar a gestão pedagógica, o foco local guiará a seleção de informações pertinentes que permitam uma aplicação futura ou uma análise mais aprofundada das especificidades da rede estadual no Rio Grande do Sul, considerando o papel do SAEB no contexto regional. A análise dos documentos e da literatura foi direcionada a identificar:

- As informações que o SAEB disponibiliza.
- Como essas informações são (ou podem ser) interpretadas para identificar pontos fortes e fracos no desempenho escolar.

A análise crítica dos dados buscou ir além da mera descrição, procurando entender o sentido e os significados que as avaliações externas adquirem no cotidiano escolar. A intenção é não apenas apresentar o que é medido, mas discutir como essas medidas podem ser transformadas em ferramentas pedagógicas que subsidiem a tomada de decisão, promovendo uma cultura avaliativa acolhedora, inclusiva, ética e democrática, que valorize o processo de aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes e da comunidade escolar.

DADOS DO SAEB DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO DE ERECHIM

O texto abaixo tem como objetivo apresentar a sistematização dos dados do SAEB/IDEB referentes às escolas de Ensino Médio, localizadas na cidade de Erechim, pertencentes à rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul - ressalta-se que esses dados são públicos e podem ser localizados no *site* <https://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo>:

Quadro 1 - Coleta de dados - SAEB/INEP - Boletim por Escola

Escola	Ano	Nível Socio-econômico	Fluxo	Proficiência em Língua Portuguesa	Proficiência em Matemática	Nota Padronizada	IDEB
EEEM Irany Jaime Farina (43057225)	2019	IV	-	-	-	-	-
	2021*	IV	0,87	-	-	-	-
	2023	IV	0,66	-	-	-	-
EEEB Dr. Sidney Guerra (43057160)	2019	V	0,77	279.86	301.64	5.12	4,0
	2021*	V	0,92	-	-	-	-
	2023	V	0,77	-	-	-	-
EEEM Érico Veríssimo (43056210)	2019	V	0,71	261.37	250.70	4.12	3,0
	2021*	V	0,90	-	-	-	-
	2023	V	0,72	-	-	-	-
EEEM Profª Helvética Rotta Magnabosco (43177573)	2019	V	0,89	-	-	-	-
	2021*	VI	0,88	-	-	-	-
	2023	VI	0,80	-	-	-	-
EEEM Prof. João Germano Imlau (43057098)	2019	VI	0,80	-	-	-	-
	2021*	VII	0,90	-	-	-	-
	2023	VI	0,78	295.19	285.50	5.12	4.0
CE Haidée Tedesco Reali (43057004)	2019	VI	0,78	-	-	-	-
	2021*	VI	0,92	-	-	-	-
	2023	VI	0,82	-	-	-	-
EEN José Bonifácio (43056830)	2019	VI	0,84	277.48	278.70	4.76	4.2
	2021*	VI	0,92	-	-	-	-
	2023	VI	0,90	-	-	-	-

CE Professor Mantovani (43056202)	2019	VI	0,89	312.62	318.40	5.84	5.2
	2021*	VI	0,95	-	-	-	-
	2023	VI	0,88	312.7	318.20	5.84	5.1
EEEM Dr. João Caruso (43170498)	2019	VI	0,85	291.09	287.30	5.08	4.4
	2021*	VI	0,88	-	-	-	-
	2023	VI	0,87	275.29	267.80	4.57	4,0

* Os resultados obtidos no SAEB em 2021 devem ser analisados com cautela, pois as escolas estavam trabalhando de forma semipresencial ou ainda no formato de aulas remotas com seus estudantes em decorrência da pandemia de COVID-19.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras a partir dos dados retirados dos sites <https://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo> e https://qedu.org.br/municipio/4307005-rechim/ideb/escolas/fluxo?ciclo_id=EM&dependencia_id=2&ano=2019&order=nome&by=asc.

A RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL SOCIOECONÔMICO, O FLUXO E A PROFICIÊNCIA

O Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) é uma medida estatística utilizada pelo INEP para contextualizar o desempenho escolar no Brasil. Dentre os indicadores utilizados estão o capital econômico e social das famílias dos estudantes (posse de bens materiais: geladeira, computador, carro, número de banheiros; contratação de serviços: acesso à internet, contratação de ajuda doméstica; escolaridade dos pais/responsáveis, fator de grande peso na trajetória escolar dos alunos). A escala oficial do INEP é dividida em 8 (oito) níveis, o que significa que quanto maior o nível, maior o acesso a recursos e escolaridade da família. Os dados para compor o INSE são coletados a partir de questionários contextuais aplicados durante o SAEB. Conforme Nota Técnica publicada pelo INEP, em 2023:

A escala do Inse do Saeb é acompanhada de descrições de seus níveis, elaboradas por meio da interpretação dos atributos ou do conteúdo semântico dos itens e de suas alternativas posicionados em cada um deles, de forma a permitir melhor caracterização e compreensão dos resultados. (Brasil, 2023, p. 18)

Nas escolas analisadas, é possível observar que o Nível Socioeconômico dos estudantes participantes do SAEB - 3ª série do Ensino Médio Regular em 2023 - estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2 - Nível Socioeconômico IV

Nível IV	Descrição Do Nível	Número De Escolas
4,5 a 5,0	Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. É característico dos estudantes deste nível responder que possuem em casa até uma geladeira, um banheiro, três ou mais celulares com Internet, rede Wi-Fi, máquina de lavar roupa, TV por Internet e freezer. Alguns padrões de resposta não atingiram o critério para torná-los característicos deste nível, mas parte dos estudantes relatou possuir uma ou duas televisões, forno de micro-ondas, garagem, um carro, mesa para estudar, computador, dois ou mais quartos para dormir e escolaridade da mãe (ou responsável) e do pai (ou responsável) variando entre 5º ano do ensino fundamental completo e o ensino médio completo. (p. 21)	1 escola

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras a partir dos dados retirados dos *site* https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2023_nota_tecnica.pdf.

Quadro 3 - Nível Socioeconômico V

Nível V	Descrição Do Nível	Número De Escolas
5,0 a 5,5	Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. É característico dos estudantes deste nível responder que possuem em casa até uma geladeira, um carro, três ou mais celulares com Internet, rede Wi-Fi, máquina de lavar roupa, TV por Internet, freezer, garagem, mesa para estudar e forno de micro-ondas. Alguns padrões de resposta não atingiram o critério para torná-los característicos deste nível, mas parte dos estudantes relatou possuir dois ou mais quartos para dormir, uma ou duas televisões, um computador, um ou dois banheiros, aspirador de pó, escolaridade da mãe (ou responsável) variando entre ensino médio completo e ensino superior completo e escolaridade do pai (ou responsável) entre ensino fundamental completo e ensino superior completo. (p. 21)	2 escolas

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras a partir dos dados retirados dos *site* https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2023_nota_tecnica.pdf.

Quadro 4 - Nível Socioeconômico VI

Nível VI	Descrição Do Nível	Número De Escolas
5,5 a 6,0	Neste nível, os estudantes estão de meio a um desvio-padrão acima da média nacional do Inse. É característico dos estudantes deste nível responder que possuem em casa até uma geladeira, três ou mais celulares com Internet, rede Wi-Fi, máquina de lavar roupa, TV por	6 escolas

	Internet, freezer, garagem, mesa para estudar, forno de micro-ondas, um carro e aspirador de pó. Alguns padrões de resposta não atingiram o critério para torná-los característicos deste nível, mas parte dos estudantes relatou possuir dois ou mais quartos para dormir, duas ou mais televisões, um ou mais computadores, um ou dois banheiros e escolaridade da mãe (ou responsável) e do pai (ou responsável) variando entre ensino médio completo e ensino superior completo. (p. 21)	
--	--	--

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras a partir dos dados retirados dos [site https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2023_nota_tecnica.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2023_nota_tecnica.pdf).

A distribuição dos estudantes da rede estadual nos níveis socioeconômicos IV, V e VI, na cidade de Erechim, permite algumas reflexões sobre seus impactos na aprendizagem. Escolas em que seus estudantes foram classificados no Nível IV de Indicador Socioeconômico (INSE) pelo INEP claramente enfrentam dificuldades estruturais que limitam o acesso a recursos culturais e pedagógicos fora da escola. São estudantes em situação de vulnerabilidade e, provavelmente, a escola não consegue compensar sozinha as desigualdades identificadas. A consequência disso é a falta de dados para análise uma vez que não há uma cultura de permanência na escola - inclusive marcada pela baixa escolaridade dos responsáveis pelos estudantes - resultando em maiores taxas de abandono e reprovação escolar. A falta desses dados fomenta a estagnação do desenvolvimento das aprendizagens na educação básica. Nos três anos observados (2019, 2021 e 2023), não houve número suficiente de estudantes presentes para a divulgação da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática (80% por turma ou etapa avaliada) na escola com nível socioeconômico IV, resultando em falta de dados mais sólidos para traçar estratégias mais específicas. Portanto, é imprescindível que a Secretaria Estadual de Educação, em articulação com a gestão escolar, promova ações que mobilizem a comunidade escolar para: o acesso e permanência dos estudantes na escola; minimizar os impactos do baixo desenvolvimento das aprendizagens; buscar uma participação mais efetiva dos estudantes no SAEB. Esse suporte institucional é fundamental para que a escola produza dados consistentes para análises futuras, garantido que as decisões tomadas em nível administrativo e pedagógico impactem positivamente no capital cultural da comunidade.

Analisando a descrição referente ao Nível V do Indicador Socioeconômico (INSE), nota-se que há um maior acesso ao capital cultural para os estudantes das escolas públicas classificadas nesse nível, inclusive em relação à escolaridade dos responsáveis pelos estudantes. Estatisticamente, essa classificação garantiria uma maior proficiência e uma maior distância das zonas de risco de baixo aprendizado. Porém, o que se observa, ao se olhar para o indicador

de fluxo em 2023, é que a taxa de aprovação nas duas escolas analisadas não chegou a 80%, nem ocorreu a divulgação dos resultados de proficiência de aplicação do SAEB. Essa constatação reforça a necessidade de um esforço coordenado entre a Secretaria Estadual de Educação e a gestão escolar para assegurar o acesso equânime às aprendizagens, isso porque, mesmo desfrutando de melhores condições socioeconômicas, o desempenho escolar permanece estagnado contrariando a expectativa de que pais com maior escolaridade, uma melhor infraestrutura tecnológica doméstica resultaria em trajetórias escolares mais fluidas e sem interrupções por abandono e reprovação. A segurança material não garantiu que o foco do estudante fosse o aprofundamento acadêmico em vez da superação de carências básicas. Tal fato demonstra que a transpor as fragilidades educacionais exige políticas públicas estruturadas e um maior apoio governamental que vai além da atuação isolada da escola. Logo, não é o suficiente a escola mapear quem são esses estudantes e identificar quais são os motivos que os estão levando ao fracasso escolar - necessidade de trabalhar para contribuir para a renda familiar, falta de acompanhamento e/ou desestrutura familiar; violência, ou outros tantos motivos -, é necessário corresponsabilidade entre todos os envolvidos, apoio institucional e alinhamento com a ideia de que a melhoria dos indicadores de aprendizagem é um compromisso coletivo.

O Nível Socioeconômico VI é considerado alto, no qual os estudantes estão em exposição a bens culturais e suporte educacional extraescolar, isso pressupõe que a pontuação de proficiência também seria alta. No entanto, nos dados de 2023 nas escolas observadas, percebe-se que nem todas tiveram seus resultados divulgados, pois não atingiram o percentual mínimo de participação na avaliação. Essa carência de resultados revela a necessidade de consolidar a cultura de avaliação institucional a fim de garantir resultados que possibilitem a coleta de dados e que esses resultem em insumos para os gestores escolares construírem estratégias de melhorias nos resultados de aprendizagem. Outro aspecto importante a ser observado é que, mesmo essas escolas sendo frequentadas por estudantes de um nível socioeconômico mais elevado, ainda há um elevado índice de reprovação ou abandono escolar (das 6 escolas observadas em 2023, 1 escola apresentou fluxo igual a 0,90; 5 escolas apresentaram, 4 escolas apresentaram fluxo entre 0,88 a 0,80 e 1 escola apresentou fluxo de 0,78). Isso revela que um maior nível socioeconômico não foi o suficiente para romper com as barreiras que dificultam o aprendizado escolar, comum à rede pública. Esperava-se que a maior escolaridade dos responsáveis (variando entre ensino médio completo e ensino superior completo) impulsionasse o desenvolvimento cognitivo dos estudantes; entretanto, essa lógica não se confirmou plenamente. A expectativa seriam taxas de aprovação quase plenas e domínio

de conteúdos acima da média nacional, porém a escola que alcançou os melhores resultados obteve a proficiência, em 2023, em Língua Portuguesa de 312,7 pontos (equivalente ao nível 4 na escala de proficiência), e em Matemática de 318,20 pontos (equivalente ao nível 4 na escala de proficiência). Segundo o *site* QEdu (<https://qedu.org.br/brasil/ideb>), a referida pontuação em Língua Portuguesa indicaria que os estudantes seriam considerados “Proficientes”; já em Matemática, a pontuação indicaria que o conhecimento dos estudantes ainda estaria no nível “Básico”, o que não é bom. Tais informações reforçam a necessidade da gestão escolar, apoiada pela mantenedora, focar em tomadas de decisão baseadas em dados consolidados, formação continuada dos professores (inclusive em como são estruturadas as avaliações externas, como trabalhar com o desenvolvimento progressivo de habilidades) e também no engajamento ativo dos estudantes, pois eles precisam compreender a importância desses dados para a escola construir ações eficazes e assertivas a fim de corrigir as deficiências já identificadas. Ademais, o acompanhamento histórico e sistematizado dessas informações proporciona à gestão escolar a visão se as ações aplicadas até o momento estão surtindo os resultados almejados ou não.

Em sua obra “Liderança em gestão escolar”, Heloísa Lück (pág. 114, 2009) afirma que manter elevadas as expectativas da comunidade escolar (pais, responsáveis, estudantes, professores e equipe gestora) a respeito da educação e das possibilidades de melhoria contínua é fundamental para gerar bons resultados, promoção da aprendizagem e da formação docente. Assim, conhecer os dados coletados nas avaliações externas, compreendê-los, identificar os motivos que levaram àqueles resultados torna-se imprescindível na busca por soluções para os problemas identificados e, conseqüentemente, diminuir a baixa expectativa em relação à aprendizagem dos estudantes, ou seja, usar as informações oferecidas no SAEB/IDEB auxilia a identificar os pontos fortes e fracos no desempenho escolar dos alunos e a tomar decisões mais assertivas.

Outrossim, a distinção entre “avaliar” e “verificar” é crucial para a gestão escolar. Luckesi (2013, p. 40) considera que “a avaliação subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo”, enquanto a “verificação encerra-se no momento em que o objeto ou ato de investigação chega a ser configurado, sinteticamente, no pensamento abstrato” (Luckesi, 2013, p. 47). Sendo assim, enquanto o ato de “verificar” se limita a identificar o acerto ou o erro em uma conferência estática e pontual, o “avaliar” pressupõe uma tomada de posição com uma postura mais ativa para modificar a situação verificada de forma diagnóstica - é um processo dinâmico e contínuo de análise. A verificação é uma etapa necessária, mas sem avaliação do processo torna-se sem sentido. Nessa ótica, para Luckesi (2013, p. 30 - 31), a sistematização de verificações não pode

recair na "pedagogia de exames", a qual é caracterizada por uma cultura avaliativa focada apenas em provas e testes (estudantes da 3ª série do Ensino Médio sendo treinados para Vestibulares e ENEM), pois isso geralmente não promove um diagnóstico aprofundado do aprendizado.

A característica que de imediato se evidencia na nossa prática educativa é de que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma "pedagogia do exame". O mais visível e explícito exemplo dessa pedagogia está na prática de ensino do terceiro ano do 2º grau, em que todas as atividades docentes e discentes estão voltadas para um treinamento de "resolver provas", tendo em vista a preparação para o vestibular, como porta (socialmente apertada) de entrada para a universidade. (Luckesi, 2013, p. 85)

As avaliações em larga escala no Brasil também não devem ser vistas pelas escolas como apenas um momento de verificação e, para isso, realizarem "treinamentos" de seus estudantes para a realização do exame. Mesmo sendo fundamentais para fornecer indicadores de análises, elas têm sido criticadas por não fornecerem informações suficientes para alimentar e orientar diretamente os processos de ensino. Para a gestão de uma escola, o desafio reside em ir além do "IDEB está baixo/adequado/bom" para identificar quais condições precisam ser alteradas e o porquê, a fim de qualificar o ensino.

As investigações do sistema nacional de educação, implantados no Brasil, a partir do exercício administrativo do ministro Paulo Renato, à frente do Ministério da Educação, no Brasil — SAEB (Serviço de Avaliação da Educação Básica), ENEM (Exame de Ensino Médio), anterior ENC (Exame Nacional de Curso) — tinham e têm (com todas as mudanças ocorridas, após seus dois mandatos) por objetivo olhar o desempenho do sistema — do coletivo. Olhar para o coletivo permite aquilatar o desempenho do sistema, seus sucessos, suas falhas e carências, o que possibilita correções fundamentais, se o desejo é de sucesso do sistema como um todo. (Luckesi, 2013, p. 254-255)

Perceber as avaliações externas não apenas como meros exames classificatórios, mas sim como avaliações formativas é o que possibilita as tomadas de decisão da gestão escolar focadas na organização do processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes.

IMPACTOS E REFLEXOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA GESTÃO PEDAGÓGICA

Realizar a análise dos dados disponibilizados pelo SAEB é fundamental para que a gestão escolar deixe de basear suas ações em percepções subjetivas e passe a adotar uma gestão

baseada em evidências. Para Luckesi (2013), a avaliação escolar não pode ser um mero controle burocrático, deve servir como subsídio para uma prática pedagógica voltada à mudança social:

Ou seja, torna-se necessário que a avaliação educacional, no contexto de uma pedagogia preocupada com a transformação, seja efetivamente um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade para uma tomada de decisão. Os “dados relevantes” não poderão ser tomados ao acaso, ao bel-prazer do professor, mas terão de ser relevantes de fato para aquilo a que se propõem. Então, a avaliação estará preocupada com o objetivo maior que se tem, que é a transformação social. (Luckesi, 2013, p. 85)

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 15.388/2026, o principal objetivo do SAEB é avaliar os sistemas de ensino e oferecer subsídios concretos para o monitoramento e o aprimoramento das políticas educacionais, permitindo identificar o que os alunos efetivamente sabem e quais fatores dificultam seu aprendizado. O Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por dez anos, tem por objetivo cumprir o que termina o Art. 214 da Constituição Federal:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Brasil, 2014, Art. 214)

Diante do que está estabelecido no Art. 214 da Constituição Federal e no PNE, destaca-se o Objetivo 5, o qual tem por objetivo garantir a aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental e médio, com especial atenção para o fluxo escolar e a aprendizagem, estabelecendo metas de desempenho para o IDEB. Dentre as estratégias estabelecidas, há a referência sobre o aprimoramento dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino:

Aprimorar e tornar censitários os instrumentos nacionais de avaliação da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, inclusive para turmas multisseriadas, de modo a ampliar os componentes curriculares e etapas avaliados, consideradas as especificidades do público da educação especial e da educação bilíngue de surdos. (Brasil, 2026, Estratégia 5.5)

Para que os dados coletados nessas avaliações se tornem úteis no dia a dia das escolas, e não apenas um amontoado de informações, é preciso compreender que esses números, quando observados isoladamente, não explicam a complexidade do ambiente educativo. Existe a necessidade de interpretá-los para estabelecer como esses resultados poderiam significar

sucessos ou fracassos, revelando de forma clara as potencialidades e as fragilidades da instituição. Nesse contexto, o gestor escolar é levado a assumir também o papel de analista, olha para os indicadores e a partir deles toma decisões estratégicas que visam a melhoria do ensino.

Ao utilizar os indicadores do IDEB, que combinam proficiência, fluxo escolar e nível socioeconômico, o gestor pode buscar a qualificação das suas ações, conduzindo sua prática de maneira mais transparente e utilizando as políticas públicas disponíveis com o objetivo de melhorar a qualidade da educação oferecida no espaço escolar. Isso porque, além do desempenho acadêmico (proficiência), a análise dos dados precisa considerar as variáveis contextuais e a equidade do aprendizado. Uma gestão que observa esses indicadores e os analisa com cuidado, questiona os seus resultados, percebe que os dados podem revelar muito mais que números ou *ranking*, principalmente quando alguns dos questionamentos são esses:

- O que os alunos estão aprendendo? Em que medida, os resultados obtidos correspondem ao que se espera deles ao final dos diferentes ciclos ou níveis de aprendizagem?
- Quais os fatores que melhor explicam os resultados positivos ou negativos da educação? Quais os efeitos da repetência? Ou do processo de alfabetização nas séries iniciais? Ou de aspectos como salários, carreira e formação dos professores? Em que medida o envolvimento dos pais nas atividades escolares dos filhos incide sobre os resultados?
- Qual é o grau de equidade observado nos resultados da aprendizagem? Como as desigualdades sociais, econômicas e culturais de uma dada sociedade incidem sobre as oportunidades de aprendizagem? Que características escolares diminuem o impacto do nível socioeconômico nos resultados da aprendizagem? (Castro, 2009, p. 7)

Tais observações podem levar à diminuição de impactos negativos do nível socioeconômico, por exemplo, demonstrando que a atuação da escola tem papel decisivo nos resultados de aprendizagem.

A NECESSIDADE DE FORMULAÇÃO DE PLANOS DE INTERVENÇÃO BASEADOS NOS DADOS

A formulação de estratégias pedagógicas e planos de intervenção baseados nos dados de proficiência, fluxo e nível socioeconômico é um passo fundamental para qualificar a gestão baseada em evidências. A análise sistemática desses indicadores permite que os gestores escolares das escolas estaduais identifiquem padrões críticos e fundamentam suas tomadas de decisão para otimizar o processo de ensino e de aprendizagem. Dessa forma, as avaliações

deixam de ser meros números para se tornarem ferramentas de melhoria contínua da educação pública. Como primeiro passo, é indispensável que seja possível obter os resultados das avaliações. Para que isso seja possível e esses resultados sejam publicados, é preciso realizar ações conjuntas entre escola, mantenedora e comunidade muito tempo antes da aplicação da avaliação. Todo o processo se inicia no censo escolar:

Para que um aluno seja contabilizado na taxa de participação do Saeb, ele precisa estar vinculado à escola na data de referência da coleta (06/08) e permanecer vinculado a essa escola até o encerramento da coleta do Censo Escolar e a publicação dos dados finais. Alunos inconsistentes não serão válidos para os cálculos de resultados. (Cartilha SAEB 2025, p. 9)

Como próximo passo para que os dados sejam disponibilizados, também é imprescindível que haja a participação mínima dos estudantes na avaliação:

Ter, no mínimo, 80% dos alunos matriculados participando do Saeb. Para essa verificação, será utilizada a listagem dos alunos declarados nos dados finais da Matrícula Inicial do censo (os que ocorrem após a retificação). (Cartilha SAEB 2025, p. 16)

Para que esses planos de intervenção sejam efetivos, percebe-se uma exigência cada vez maior para que o gestor escolar atue como um analista capaz de interpretar a complexidade dos dados para além da superfície, a fim de que consiga estabelecer em que medida os números indicam sucessos ou falhas, revelando de maneira clara as potencialidades e fragilidades reais da instituição. Essa análise também vale para a ausência de dados, pois a não publicação das informações revela uma possível fragilidade, que merece atenção especial: essa falta de dados se deu por qual motivo no ano da avaliação? houve um grande número de estudantes transferidos? foi em decorrência de evasão ou abandono escolar? houve inconsistências nos registros do censo escolar? motivos externos à escola levaram à ausência dos estudantes nas datas da aplicação da avaliação? quais são os registros disponíveis para analisar os motivos da não publicação desses resultados? Somente através de uma análise criteriosa é possível transformar indicadores brutos em decisões estratégicas que visem à melhoria qualitativa do ensino cotidiano.

Uma estratégia importante na elaboração desses planos de intervenção é a utilização dos indicadores do IDEB, que integram proficiência, fluxo escolar e nível socioeconômico, para qualificar a prática gestora. Ao observar e questionar esses indicadores, o gestor pode alinhar suas ações às políticas públicas disponíveis para elevar a qualidade da educação oferecida na instituição em que atua. Dentre as políticas públicas que têm como foco o monitoramento das metas estabelecidas no PNE destacam-se, por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o qual realiza a repasses de recursos para as escolas, muitas vezes focados em

melhorias infraestruturais e pedagógicas indicadas pelas avaliações do SAEB; e a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas - Enec, que tem como finalidade “articular ações para universalizar a conectividade de qualidade para uso pedagógico e administrativo nos estabelecimentos de ensino da rede pública da educação básica” (Decreto nº 11.713/23). Por essas análises, percebe-se que um olhar atento aos dados pode revelar contextos mais complexos que o simples ranqueamento escolar.

Além da atenção às questões administrativo-financeiras das escolas, o gestor escolar também precisa ficar atento ao desempenho acadêmico dos educandos. As variáveis contextuais, como o nível socioeconômico dos estudantes, impactam no acesso e permanência dos estudantes no ambiente escolar. É imprescindível buscar estratégias que minimizem os impactos das desigualdades externas. Uma política pública que auxilia os estudantes nesse processo é o programa Pé-de-meia, uma política de incentivo financeiro, destinada especialmente aos estudantes do Ensino Médio e em situação de vulnerabilidade social, a qual busca garantir a permanência e conclusão escolar na idade certa e que também tem por objetivo impactar diretamente o indicador de fluxo do IDEB (Lei nº 14.818/24). Nesse aspecto, cabe ao gestor manter sua equipe informada sobre as legislações que garantem esses direitos aos estudantes, assim como informar e orientar os próprios estudantes sobre como buscar esses direitos.

Outro ponto importante a se analisar é a eficácia das intervenções com foco na formação continuada dos professores. É importante aos docentes compreender o que o nível de proficiência dos estudantes revela sobre seu desempenho acadêmico, como é a estruturação das avaliações externas e como trabalhar o desenvolvimento progressivo de habilidades para corrigir deficiências identificadas. Somado a isso, o trabalho de percepção da importância desses indicadores para que a escola possa construir ações assertivas e que impactam positivamente também deve ser desenvolvido com os estudantes ao longo de sua trajetória escolar, especialmente durante o Ensino Médio, pois sem a sua participação efetiva (80% de participação), as informações não serão publicadas e não será possível uma análise detalhada dos dados históricos da escola. Cabe aqui conscientizar os estudantes para a ideia de que avaliação não deve ser percebida como punição ou um mero ato de responder itens de forma automática, ou seja, treinar os estudantes para responder às avaliações externas é um erro e, a longo prazo, tanto estudantes quanto escolas perdem com o não desenvolvimento de habilidades basilares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, ao longo do texto, entender como conhecer e analisar os dados abertos governamentais podem auxiliar nas tomadas de decisões na gestão das escolas. O uso dos dados do SAEB pode auxiliar a gestão escolar a olhar para o desempenho dos estudantes naquele ano avaliado, ou seja, os dados podem servir como um instrumento que possibilita aos gestores compreenderem onde ocorreram os sucessos ou as carências da instituição em que atuam. Esse olhar permite identificar fragilidades e retomar os processos fundamentais que auxiliem o êxito do sistema de ensino como um todo. Conforme as proposições de Luckesi (2013, p.85), essa análise coletiva das informações coletadas nas avaliações é o que possibilita ajustes fundamentais para que o objetivo de uma educação de qualidade seja efetivamente alcançado.

Além disso, o acompanhamento sistemático desses dados oportuniza uma observação do histórico da instituição de ensino e permite aos gestores um monitoramento contínuo do desempenho dos estudantes, o que torna a avaliação uma aliada para embasar as ações. O uso de dados concretos para fundamentar tomadas de decisões é fundamental para uma cultura de gestão baseada em evidências e não apenas em suposições.

Por outro lado, também há desafios significativos a serem considerados a partir da obrigatoriedade da participação das escolas da rede pública de educação na participação das avaliações externas. O primeiro entrave está na falta de divulgação de dados para algumas escolas, muitas vezes decorrente da baixa participação dos estudantes, o que impede a obtenção de um diagnóstico preciso. Isso dificulta o acompanhamento contínuo das informações e a análise de se os recursos estão sendo empregados de forma eficiente para suprir os pontos de maior fragilidade ou se os índices de maior sucesso são resultados de ações eficientes ou mero acaso. Soma-se a esse cenário o desafio do letramento de dados pelos gestores, uma vez que os números, por si só, não explicam a complexidade da educação. É perceptível que, cada vez mais, torna-se fundamental que o gestor seja capaz de analisar e interpretar o que está além dos números para fundamentar decisões estratégicas. Por exemplo, olhar o nível socioeconômico dos estudantes e perceber o quanto as dificuldades estruturais enfrentadas por eles influenciam na cultura de permanência na escola, se esses dados resultam em maiores taxas de abandono e reprovação. A baixa presença de estudantes na escola frequentemente impede a divulgação de resultados do SAEB/IDEB pelo INEP, o que dificulta a criação de estratégias específicas para conter o abandono e a reprovação. Além do mais, evidencia-se a necessidade de um maior apoio governamental para receber ações formativas, garantindo que equipes gestoras e docentes

recebam formação continuada para compreender as matrizes de referência da BNCC e utilizar os resultados das avaliações na melhoria efetiva do desempenho dos estudantes.

A importância de conhecer, compreender e utilizar os dados consiste na habilidade de transformar a gestão escolar, permitindo que ela abandone impressões subjetivas em favor de uma gestão baseada em evidências. Quando os indicadores de proficiência, fluxo e nível socioeconômico são interpretados corretamente, a escola pode identificar padrões críticos, monitorar seu histórico e prevenir necessidades educacionais. Isso permite converter dados em ações pedagógicas. O uso consciente dessas informações promove uma cultura avaliativa acolhedora e ética, que não visa apenas *rankings*, mas sim a melhoria contínua da qualidade do ensino e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOISE, Denise Martins. A importância da metodologia científica na construção da ciência. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 06, Vol. 06, pp. 105-122. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientifica>. Acesso em: 12 abril 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988, p. 1.

BRASIL. **Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023**. Regulamenta a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, para dispor sobre a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 27 set. 2023. Seção 1, p. 2.

BRASIL. **Decreto nº 12.915, de 30 de março de 2026**. Altera o Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, que regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 31 mar. 2026, p. 32.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Altera a Constituição Federal para estabelecer o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 27 ago. 2020, Seção 1, p. 5.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 dez. 1996, Seção 1, p. 27833.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014, Seção 1, Edição Extra, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024**. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a

Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 maio 2024, Seção 1, p. 5.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União: Brasília, DF, Seção 1, Edição Extra - A, 17 abr. 2026, p. 1 (republicação).

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 931, de 21 de março de 2005.** Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 mar 2005, Seção 1, p. 16/17.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013.** Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jun 2013, Seção 1, p. 17.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 468, de 3 de abril de 2017.** Dispõe sobre a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 4 de abril de 2017, Seção 1, p. 40.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 458, de 5 de maio de 2020.** Institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 maio 2020, p. 57.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Cartilha SAEB 2025:** diretrizes da edição. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/cartilha_saeb_2025_diretrizes_da_educacao.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Histórico.** Brasília, DF: Inep, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Nota Técnica nº 7/2025/CGEE/DIRED-INEP** - Definição metodológica e resultados do indicador de nível socioeconômico (NSE) das escolas de educação básica brasileiras. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2013/nota_tecnica_a_ondicador_de_nivel_socioeconomico_das_escolas_de_educacao_basica_inse.pdf. Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Portaria nº 10, de 8 de janeiro de 2021.** Estabelece parâmetros e fixa diretrizes gerais para implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, no âmbito da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jan. 2021, Edição 6, Seção 1, p. 23.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Saeb:** apresentação. Brasília, DF: Inep, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Saeb: resultado final externo**. Brasília, DF: Inep, [2025]. Disponível em: <https://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo>. Acesso em: 28 fev. 2026.

CASTRO, Maria Helena. **Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: avanços e novos desafios**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009

IEDUCA. **QEdu: Brasil: Ideb**. [S. l.]: QEdu, [2025]. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 28 fev. 2026.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis: Vozes, 2015. (*Série Cadernos de Gestão*, v. 4). E-book. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=1NYbBAAQBAJ>. Acesso em: 1 mar. 2026.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=uNTDAwAAQBAJ&lpg=PA1&hl=pt-BR&pg=PT2#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 01 mar. 2026.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2020. 1.792 Kb; ePub

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016b.

O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).